

**TERMO DE COOPERAÇÃO 031/2023**

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LONDRINA,  
POR MEIO DA COMPANHIA MUNICIPAL DE  
TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO – CMTU-LD,  
GESTORA DO FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE  
LONDRINA E BR CONSÓRCIOS  
ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

BR CONSÓRCIOS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.723.388/0001-63, estabelecida na Avenida Higienópolis n.º 2400 – Parque Guanabara – CEP 86.050-000 - Londrina - PR, neste ato representado por Valter de Oliveira portador do RG N.º 4435379-2 SSP/PR e CPF n.º 605.638.859-04 denominada ADOTANTE e MUNICÍPIO DE LONDRINA, por meio da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização CMTU-LD, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.731.320/0001-37, com sede na Rua Professor João Candido, nº 1.213, centro, Londrina-PR, neste ato representada, na forma de seus Estatutos, por seu Diretor Presidente, Marcelo Baldassarre Cortez e por seu Diretor Administrativo Financeiro, Márcio Tokoshima, doravante denominada MUNICÍPIO, observado, no que couber, o contido na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, e demais normas que regem a espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Considerando o disposto no artigo 225 da Constituição Federal, segundo o qual, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

Considerando que, segundo disposto no artigo 29 da Lei Municipal nº 10.966/2010, compete à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU-LD, realizar parcerias com a sociedade civil;

Considerando o disposto no artigo 29, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 10.966/2010, segundo o qual “o Poder Executivo poderá celebrar termo de cooperação com a iniciativa privada visando à execução e manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas, bem como à conservação de áreas municipais, podendo autorizar a colocação de anúncios informativos, com a exposição de mensagem indicativa da cooperação firmada, nas vias, canteiros, rotatórias, parques, praças, áreas verdes e demais áreas públicas passíveis de ajardinamento”;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 817 de 10 de julho de 2017, que estabelece normas e procedimentos para parcerias entre o Poder Público Municipal e a sociedade, no que concerne à adoção de áreas verdes públicas;

Considerando que as signatárias têm interesse comum em projetos de preservação ambiental e conservação do patrimônio público;

Considerando a necessidade de promover a participação da sociedade na urbanização, nos cuidados e na manutenção das áreas verdes do Município, em parceria com o Poder Público, bem como a importância de se conscientizar a população acerca da importância das áreas verdes para

a qualidade da vida urbana, fomentando a noção de responsabilidade solidária entre o Poder Público e a coletividade no que toca à preservação de tais áreas;

Considerando o objetivo do Poder Público de incentivar o uso de praças, parques e demais áreas verdes pela população, como locais de lazer, convivência social e realização de eventos, observada, neste último caso, a legislação específica, bem como de minimização dos impactos decorrentes da industrialização.

RESOLVEM, dentro de suas respectivas áreas de atuação e com os meios disponíveis e aqui comprometidos, firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, que será regido pelas condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO tem por objeto a reforma e/ou manutenção dos canteiros:

1 – Canteiro localizado na Avenida Higienópolis entre a Rua Bento Munhoz da Rocha Neto e a transposição do Lago Igapó com área de 588,28 metros quadrados;

2 – Canteiro localizado na Avenida Higienópolis entre a Rua Bento Munhoz da Rocha Neto e Rua Montevideu com área de 304,50 metros quadrados, em conformidade com a proposta apresentada ao Edital de Credenciamento Ato Executivo nº 288/2017- CMTU, que passa a integrar o presente instrumento como Anexo.

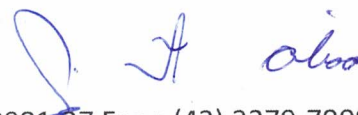
### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DO COOPERADO**

I – O ADOTANTE, além de outras obrigações legais e pertinentes ao presente Termo de Cooperação, compromete-se a:

- a) Executar sob sua total responsabilidade a reforma/manutenção da área mencionada na Cláusula Primeira, de acordo com a Proposta de Adoção de Área Verde apresentada, em Anexo, a qual passa a integrar o presente Termo de Cooperação;
- b) Submeter, obrigatoriamente, a prévio exame e aprovação dos setores e órgãos pertinentes, toda e qualquer modificação das estruturas relativas às áreas ajardinadas ou aos equipamentos destas, respeitados, nestes casos, os projetos existentes para a área;
- c) Zelar pela conservação dos recursos naturais existentes na área;
- d) Comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, qualquer eventual perturbação na área sob os cuidados do ADOTANTE, que demandem providências do órgão para o restabelecimento da normalidade;
- e) Iniciar os trabalhos de reforma e/ou manutenção em até 15 dias após a assinatura do Termo de Cooperação, sob pena de rescisão do Termo.

§ 1º As benfeitorias resultantes da implantação ou modificações nas estruturas existentes serão automaticamente incorporadas ao patrimônio do Município, sem direito a indenização ou retenção por parte do ADOTANTE.

§ 2º – Ao seu critério, o ADOTANTE poderá contratar empresas especializadas para a conservação da área objeto deste instrumento, arcando integralmente com a despesa, sem qualquer ônus ou responsabilidade para o MUNICÍPIO.



§3º – Tudo o que competir ao ADOTANTE, por força de sua atribuição, envolvendo pessoal e material, será exclusivamente por ele suportado, sem qualquer ônus ou participação do Município, aqui incluídas eventuais reclamações trabalhistas, fiscais e/ou previdenciárias.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO**

- a) Fornecer todas as informações sobre a área adotada, necessárias à sua conservação;
- b) Tomar as medidas necessárias ao restabelecimento da ordem, na ocorrência de perturbações na área adotada;
- c) Comunicar com antecedência ao ADOTANTE a programação e realização de eventos de interesse público na área, que não infrinjam as normas vigentes e sejam adequados à área;

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS PLACAS INDICATIVAS**

I - Será permitido o uso de placas indicativas da parceria celebrada entre o MUNICÍPIO E O ADOTANTE e às suas empresas parceiras, conforme modelos definidos no Anexo VII do Edital de Credenciamento Ato Executivo n.º 288/2017.

II - A exploração de publicidade em equipamentos e mobiliários urbanos existentes em área integrante do Programa Boa Praça dependerá de autorização do Poder Público, nos termos da legislação vigente.

III - O ADOTANTE fica autorizado a divulgar na imprensa, ou em qualquer outro meio de comunicação que lhe convier, a celebração do presente instrumento, desde que mencionado o processo administrativo.

### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

As atribuições assumidas pelo ADOTANTE serão custeadas mediante a alocação de recursos próprios, conforme cada atribuição assumida pro meio deste Termo de Cooperação.

### **CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO**

I. Ao MUNICÍPIO, através dos órgãos citados neste Edital, é reservado o direito de exercer permanente fiscalização sobre todas as questões referentes a este Termo de Cooperação.

Parágrafo Único - O ADOTANTE deverá atender prontamente a solicitação do MUNICÍPIO, através dos órgãos citados neste Edital, quanto à necessidade de quaisquer intervenções necessárias para a execução dos serviços objeto deste Termo de Cooperação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DESCUMPRIMENTO**

Caso seja constatado descumprimento total ou parcial de quaisquer das cláusulas do presente convênio por parte da ADOTANTE, especialmente quanto às obrigações por ela assumidas, o MUNICÍPIO notificará a ADOTANTE para, no prazo concedido, sanar as irregularidades apontadas.

§ 1º O prazo para o saneamento das irregularidades será estabelecido pela Comissão Especial, de acordo com a complexidade da intervenção necessária.

§ 2º Caso a ADOTANTE não regularize as irregularidades apontadas no prazo concedido, o MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Cooperação, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 15 do Decreto Municipal nº 817/2017.

### **CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA, RESCISÃO E DENÚNCIA**

O presente Termo de Cooperação é celebrado pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por até dois anos, de acordo com o interesse das partes.

Parágrafo único - É facultado, às partes, o direito de rescindi-lo a qualquer momento, em caso de descumprimento das obrigações aqui estipuladas, ou denunciá-lo, mediante notificação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

### **CLÁUSULA NONA – PUBLICAÇÃO**

A publicação do presente Termo de Cooperação no Jornal Oficial do Município de Londrina correrá por conta e ônus do Município de Londrina.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

As signatárias elegem o Foro da Comarca de Londrina, para dirimir dúvidas e litígios decorrentes do presente Termo de Cooperação, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acertadas, firmam o presente TERMO DE COOPERAÇÃO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Londrina, PR, 13 de Dezembro de 2023.

### **COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO - CMTU-LD**

*Alvaro do N. Marcos*

Alvaro do Nascimento Marcos  
DIRETOR DE OPERAÇÕES - CMTU

*Marcio Tokoshima*

Marcio Tokoshima  
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO - CMTU

*Marcelo Baldassarre Cortez*

Marcelo Baldassarre Cortez  
PRESIDENTE - CMTU

*Valter de Oliveira*

BR CONSÓRCIOS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA  
Representante